



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 20 de agosto de 2015

Edição 2116 | Páginas: 10

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA | 50º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAIS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águia Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | **E-mail:** docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Errata do Extrato de Contrato - Processo nº 044/ALE/2014 02
- Resoluções nº 208 a 210/2015 - GDP 02

Atos Legislativos

- Projeto de Lei nº 042/2015 02
- Anteprojeto de Lei nº 043/2015 03
- Projetos de Decreto Legislativo nº 020 e 021/2015 03
- Indicação nº 140/2015 03

Atas Plenárias

- Ata da 2418ª Sessão Ordinária - Sucinta 03

Das Comissões

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Edital de Convocação nº 002/2015 04
- Comissão Especial Externa - Resol. nº 005/2015, Alterada pela Resol. nº 014/2015 04
- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final 09

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), em formato .doc (Word), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015 e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - EXTRATO DE CONTRATO
ERRATA

Retificar a publicação do extrato do CONTRATO, referente ao Processo nº 044/LE/2014 da empresa **M. L. P. COSTA EPP e P. RODRIGUES NETO - ME**, publicado no Diário da ALE nº 2115 do dia 19/08/2015.

| | |
|--------------------|--|
| Onde se Lê: | RETIFICAR A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO |
| Leia-se: | RETIFICAR A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO |

Boa Vista-RR, 19 de Agosto de 2015
Niura Cardoso de Souza
 Diretora Administrativa

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0208/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores listados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de junho de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 17 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

Anexo da Resolução de Exoneração nº 0208/2015/DGP de 30.06.2015.

| ORD | MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|-----|-----------|-----------------------------|----------------------------|
| 1. | 13107 | MARIA BEZERRA DE JESUS | Assistente Parlamentar IV |
| 2. | 17090 | MARIA JOSE DIAS QUEIROZ | Aux Esp III MD |
| 3. | 14802 | MARILZA KELLY PESSOA FREIRE | Assistente Parlamentar II |
| 4. | 16020 | MARISA GOMES BEZERRA | Assistente Especial III MD |
| 5. | 15273 | RAFAEL PIRES MOURA | Assistente Especial III MD |

Palácio Antônio Martins, 17 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0209/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores relacionados no anexo desta Resolução, a partir de 30 de junho de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 17 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

Anexo da Resolução de Exoneração nº 0209/2015/DGP de 30.06.2015.

| ORD | MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|-----|-----------|-------------------------------|----------------------------|
| 1. | 17013 | AURILENE GONÇALVES DA SILVA | FS1 Auxiliar Parlamentar |
| 2. | 16321 | AUXILIADORA SILVESTRE DE LIMA | FS4 Secretário Parlamentar |
| 3. | 8799 | BIETINA RAMOS VASCONCELOS | FS2 Auxiliar Parlamentar |
| 4. | 8502 | CICERA KALLYANE PEREIRA MAIA | FS2 Assessor Parlamentar |
| 5. | 16634 | CLEIDE DA SILVA SAVERO | FS3 Auxiliar Parlamentar |

Palácio Antônio Martins, 17 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0210/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º Suspender o usufruto dos últimos 11 (onze) dias das férias da servidora MARTA JULIANA DOS PRAZERES DA SILVA, matrícula 12433, programadas para o período de 13/07/2015 a 11/08/2015, referentes ao exercício de 2015, por necessidade da instituição.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas no período de 14/09/2015 a 24/09/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de Agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha
 Presidente
Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
 1º Secretário
Deputado Marcelo Mota de Macedo
 2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETOS DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 042, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

Altera dispositivo normativo da Lei 490 de 28 de março de 2005 que "Estabelece parâmetros para negociação de dívidas resultantes de financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER".

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 11 da Lei Estadual 490 de 28 de março de 2005 que estabelece parâmetros para negociação de dívidas relativas a financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima - FUNDER, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Os mutuários interessados na negociação, prorrogação, composição e assunção de dívidas de que trata esta Lei

deverão manifestar formalmente seu interesse junto à Agência de Fomento do Estado de Roraima S.A. – AFERR. (NR).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de agosto de 2015.

Deputado **GABRIEL PICANÇO**

ANTEPROJETO DE LEI

ANTEPROJETO DE LEI Nº 043 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Cria o adicional de compensação por cessão aos servidores cedidos que exercem cargo em comissão ou função comissionada no Tribunal Justiça do Estado de Roraima.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

SUELY CAMPOS

Governadora do Estado de Roraima

Obs.: Anteprojeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima através do Ofício nº 134/2015 — GP, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, encaminhado em 12/08/2015, e lido em Sessão Plenária Ordinária em 18/08/2015.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº020/2015

Concede a comenda Orgulho de Roraima as famílias que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima as seguintes famílias japonesas residentes no Estado de Roraima:

- I — Cesario Hirokishi Eda
- II- Eda
- III- Hideshima
- IV- Nakazaki
- V- Nakamura
- VI- Tsukuda

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2015

Deputado **MASAMY EDA**

Deputado **LENIR RODRIGUES**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2015

Concede a comenda Orgulho de Roraima aos Pastores da Assembleia de Deus no Estado de Roraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução Legislativa 010/09, de 08 de abril de 2009, aos Pastores da Assembleia de Deus no Estado de Roraima e da outas Providências:

- I – Cordolino Teixeira Bastos - *In memorian*
- II – Quirino Pereira Peres - *In memorian*
- III – Benjamim Matias Fernandes - *In memorian*
- IV – Joviniano Rodrigues Lobato - *In memorian*
- V – Samuel Bezerra Cavalcante - *In memorian*
- VI – Rubens Arrais Sindeaux
- VII – Otoniel Alves de Alencar *In memorian*
- VIII – Elizeu Feitosa de Alencar - *In memorian*
- IX – Jose Guedes dos Santos - *In memorian*
- X – Manoel Antônio Batista - *In memorian*
- XI – Fernando Granjeiro de Menezes - *In memorian*
- XII – Geraldo Francisco Santos
- XIII – Maria Nazaré Sodré Ramalho

- XIV – Iris Galvão Ramalho
- XV – Izac Galvão Ramalho
- XVI – Izaira Galvão da Costa
- XVII – Javan Arraes Sindeaux
- XVIII – Natal Viana Ferreira
- XIX – Frankembergen Galvão da Costa
- XX – Riselda Maria de Oliveira
- XXI – Aerton de Sousa Dias
- XXII – Claytopn Viana Marinho
- XXIII – Gibton Pereira de Andrade
- XXIV – Dirvanzú Silveira Guimães Souza

Art.2º A mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art.3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 17 de Agosto de 2015.

MECIAS DE JESUS

Deputado Estadual

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 140/15

O parlamentar que a esta subscrive, e com base no Art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), da seguinte INDICAÇÃO:

-PEDE PROVIDÊNCIAS AO ÓRGÃO COMPETENTE EM SOLUCIONAR O PROBLEMA DOS BURACOS NA RODOVIA BR432, QUE SE ENCONTRA SERIAMENTE DETERIORADA, PRINCIPALMENTE NO TRECHO ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO DO CANTÁ E A BR401.

JUSTIFICATIVA

Além dos prejuízos aos produtores e moradores daquela localidade, o referido trecho da rodovia sempre foi motivo de preocupação pelo grande número de acidentes já ocorridos por causas distintas e agora, agravando-se em função do mau estado de conservação da estrada, principalmente durante a noite quando não se consegue visualizar os buracos, e quando chove as “aberturas” ficam encobertas pela água e assim despercebidas, e os acidentes com vítimas fatais ficam iminentes.

Sala das sessões, 12 de agosto de 2015.

ZÉ GALETO

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGÉSIMA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia treze de agosto de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringéscima décima oitava Sessão Ordinária do quinquagésimo Período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Janio Xingú**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou à Senhora Segunda-Secretária, Deputada **Lenir Rodrigues**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 12/08/15, do Deputado Mecias de Jesus ao Governo do Estado, para construção de uma Escola de Nível Médio, no Bairro Cruviana; Indicação s/nº, de 12/08/15, do Deputado Mecias de Jesus ao Governo do Estado, para implantação de uma Academia Aberta de Esportes no Parque Anauá; Memorando nº 038, de 07/08/15, do Deputado Masamy Eda, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 5 e 6 de agosto do corrente ano; Memorando nº 063, de 05/08/15, do Deputado George Melo, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 6 de agosto do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício nº 1800, de 12/08/15, da Secretária de Estado de Educação e Desportos, Sra. Selma Mulinari, solicitando prazo maior, dia 18/08/15, para comparecer a esta Casa e prestar esclarecimentos, conforme solicitação no Ofício nº 121/15, da Superintendência Legislativa; Ofício nº 131, de 28/05/15, da

Secretária de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, cientificando esta Casa Legislativa da celebração de Convênios; Ofício nº 451, de 12/08/15, da Junta Comercial do Estado de Roraima - JUCERR, justificando a ausência do Presidente do órgão, Sr. João Pereira Barbosa, em reunião realizada nesta Casa, dia 12/08/15; Ofício nº 2994, de 11/08/15, da Superintendência Regional da Polícia Federal, informando a impossibilidade de comparecimento na 1ª Reunião Ampliada do Colégio de Deputados do Parlamento Amazônico; Ofício nº 217, de 12/08/15, da Corregedoria Regional Eleitoral/RR, informando a impossibilidade de comparecimento na 1ª Reunião Ampliada do Colégio de Deputados do Parlamento Amazônico; Ofício nº 01 de 07/07/15, da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar do Truaru - ASSOTTRUT, solicitando que o Presidente desta Casa interceda junto aos meios de telecomunicações para instalação de um orelhão na Vicinal I - Projeto de Assentamento Nova Amazônia I (Truaru); Ofício nº 013, de 20/07/15, da Prefeitura Municipal de Mucajaí - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, solicitando 15 cópias da Constituição do Estado de Roraima; Ofício nº 44, de 15/07/15, da Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz - Nova Colina - Rorainópolis/RR, solicitando exemplares da Constituição do Estado de Roraima. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Izaías Maia** reportou-se aos indígenas, dizendo que eles têm de ser respeitados, não podem mais continuar comendo lixo na Feira do Produtor, vendendo vassoura ou trocando por cachaça com comerciantes inescrupulosos. De acordo com o Senhor Parlamentar, as autoridades responsáveis não podem mais continuar fechando os olhos para essa problemática, uma vez que pessoas bem intencionadas podem até tentar ajudar, mas esbarram em uma burocracia sem igual na FUNAI. Ressaltou, ainda, que não adianta dar somente terras para os índios, tem de ser fornecido mecanismo para que produzam. Após, falou sobre a má condição das escolas indígenas e sobre a falta de merenda escolar, ressaltando que a educação, de uma forma geral, merece mais atenção do Governo do Estado, pois não pode existir Estado, Município ou País desenvolvido com uma educação fraca. Finalizou pedindo à Governadora que ouça o povo e que trate com carinho o funcionário público, que é a pilastra de um estado e, como os indígenas, merecem respeito. A Senhora Deputada **Angela A. Portella** iniciou destacando a importância do Projeto de Lei nº 038/14, de sua autoria, e enumerou as razões para a aprovação da matéria e os benefícios que isso traria. Continuando, informou que, se o projeto for aprovado, haverá capacitação e reconhecimento das parteiras que já fazem esse acompanhamento, bem como o incentivo às mulheres que queiram exercer o trabalho de doula. Para finalizar, pediu apoio aos Senhores Parlamentares para a aprovação do Projeto. O Senhor Deputado **George Melo** demonstrou solidariedade aos manifestos dos povos indígenas do Estado. Em seguida, lamentou o não comparecimento da Senhora Secretária de Educação, conforme fora convocada, o que considerou uma falta de respeito com o Poder Legislativo. Requereu que o Presidente ratificasse a convocação da Secretária para a próxima terça-feira, bem como escolhesse três representantes da manifestação para participar da sessão com os Senhores Deputados e fazerem pessoalmente os apelos e questionamentos. Referindo-se ao aparte do Deputado Brito sobre a reunião da Governadora com os trabalhadores em greve, às 17h, no Palácio do Governo, o Deputado George reafirmou e justificou a necessidade da presença da Secretária de Educação na próxima sessão ordinária desta Casa. Finalizando, disse ser a hora de acabar com os discursos que culpam os governos anteriores pelas mazelas atuais, pois entende que isso sempre acontecerá de um governo para outro. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 038/14, que “Dispõe sobre a garantia do direito de assistência especializada ou acompanhante de parto – doula, às parturientes nas Maternidades Públicas do Estado e dá outras providências”, de autoria da Deputada **Angela A. Portella**. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto emitissem parecer à matéria. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão e solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que fizesse a leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 038/13. Colocado em discussão e votação, o projeto foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Jorge Everton** iniciou parabenizando os colegas pela aprovação do Projeto de Lei nº 038/13, reiterando a importância da matéria. Referindo-se às colocações do Deputado Soldado Sampaio, expôs os motivos de não ter comparecido a esta Casa, quando diretor do DETRAN/RR, em reunião convocada por esta Casa. Criticou o posicionamento da oposição em culpar a gestão passada por tudo, uma vez que a atual gestão não estaria fazendo o que

deve em benefício das pessoas. Pediu que, quando citado nesta Casa, seja com coerência e respeito, pois não irá aceitar mentiras. A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** convidou todos os Deputados desta Casa para participarem, amanhã, de uma ação do CHAME na Vila Vilhena, juntamente com a liga de combate ao câncer. E, também, visitar o município do Bonfim, onde haverá palestras médicas sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes. Informou ainda que, no sábado, ocorrerá outra ação do CHAME na Comunidade do Cajú, município de Uiramutã. O Senhor Deputado **Oleno Matos** comunicou que a OAB/RR estará realizando amanhã, a partir das nove horas, em frente ao quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, uma sessão de desagravo público ao advogado Marcos Vinicius Martins de Oliveira, que teve suas prerrogativas violadas em pleno exercício da advocacia. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** disse que irá atender o convite da Deputada Lenir para a região do Uiramutã. Em seguida, convocou os membros da Comissão de Terras, para hoje, às quinze horas, na sala de reuniões do Plenário desta Casa, ouvirem o Secretário de Planejamento, Doutor Alexandre Henklain, o Presidente do Iteraima, Doutor Alisson e o Presidente do IACT, Marcelo Nunes, sobre os interesses do Zoneamento Econômico Ecológico. Finalizou convidando os membros da Comissão de Agricultura e Comissão de Meio Ambiente, assim como os demais Deputados, para fazerem parte dessa reunião e colaborarem com ideias e questionamentos, no sentido de acelerar o Zoneamento Econômico Ecológico e contribuir para o desenvolvimento deste Estado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 18 de agosto, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**
Aprovada em: 18/08/2015

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
 SUSTENTÁVEL**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/15

Em: 18/08/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão, Deputados Masamy Eda, George Melo, Jânio Xingu e Mecias de Jesus para reunião, no dia 19/08/15, após a sessão, neste Plenário, que terá como objeto a discussão de assuntos relacionados à Reunião do Parlamento Amazônico, que será realizada no dia 20 do presente mês.

Deputado **Gabriel Picanço**
 Presidente da Comissão

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA
 RESOLUÇÃO N.º 005/15, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO N.º
 014/15.**

11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2015

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “**Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde do Estado de Roraima**”, Sob a presidência da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, com a presença da Vice-Presidente, Deputada **Angela Águida Portella**; Relator, Deputado **George Melo**; e Membros, Deputados: **Oleno Matos e Odilon Filho, ausentes os Senhores Deputados: Izaías Maia, Zé Galeto e Odilon Filho.** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – **ABERTURA DA REUNIÃO**

A Senhora Presidente **Deputada Lenir Rodrigues** - Havendo “**quorum**” regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da Reunião anterior.

II – **LEITURA DA ATA.**

O Senhor Deputado **George Melo** - Solicito a dispensa da

leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor.

A Senhora Presidente **Deputada Lenir Rodrigues** - Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação, informo que a Ata foi aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão.

III - EXPEDIENTE

Não houve

III – ORDEM DO DIA

Não houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Atendendo à Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa, o Excelentíssimo Senhor **Josué dos Santos Filho**, solicito que o mesmo seja conduzido a esta sala, informo ao Senhor Josué dos Santos Filho, que as informações prestadas a esta Comissão, por Vossa Excelência, são de sua inteira responsabilidade, havendo informações falsas ou, sua recusa em prestá-las, vossa Excelência poderá ser penalizado com o disposto na lei. Queremos dar as boas vindas a esta Casa ao Senhor Secretário **Josué dos Santos Filho**, como já é de seu conhecimento, tendo em vista, que esta Comissão fez uma visita cordial, no início dos nossos trabalhos à sua Secretaria, estamos finalizando os trabalhos tendo em vista que vamos ouvi-lo para que o Senhor Relator Deputado **George Melo**, possa fazer suas conclusões, através do Relatório a ser apresentado a esta Comissão. Senhor Secretário, os processos que foram feitos através do Processo Emergencial, foram instruídos através da Lei oito mil, meia, meia, barra noventa e três? Ou seja, houve a razão da escolha do fornecedor ou do executante, justificativa de preço e os documentos de aprovação dos Projetos de pesquisa para serem alocados recursos para obtenção dos itens?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Primeiramente, boa tarde senhores deputados, quero manifestar a justificativa para minhas ausências nas duas convocações anteriores, os senhores devem ter recebido as justificativas, foram compromissos anteriormente assumidos e o segundo, foi uma convocação de muito interesse para nós de Roraima e da SEJUC – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, por isso, não pude comparecer, hoje, estou aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários. Com relação ao questionamento, é preciso esclarecer que até agora, o único processo que foi dado continuidade em caráter emergencial, apesar de Decreto de Emergência, foi o da alimentação, todos os outros processos, em virtude de um Decreto de contingenciamento do orçamento de cinquenta por cento de todas as Secretarias e além, do posicionamento da SEGESP, não iniciamos nenhum outro processo emergencial, amanhã, vai haver uma reunião e quatro processos nossos, estarão lá para serem aprovados em caráter de emergência que dizem respeito ao kit higiene, colchões, cadeados e material de segurança para os agentes. Com relação ao processo de alimentação, o único que temos em caráter emergencial, todos os procedimentos, a meu ver, foram corretos, até porque não temos CPL – Comissão Permanente de Licitação, independente na SEJUC, foram realizados pela CPL do Estado e este processo já é objeto de fiscalização, já se encontra em Poder do MPC - Ministério Público de Contas, do MPE - Ministério Público Estadual, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, bem como do TCE - Tribunal de Contas do Estado, através do Relator Conselheiro Marcus Holanda, há mais de vinte dias que esses processos se encontram com esses órgãos de fiscalização, acredito... parece-me que existe um procedimento no MPE, com relação a alguns questionamentos que nos fizeram e que já foram encaminhados, salvo melhor juízo, todos os procedimentos legais foram cumpridos.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Se a SEJUC não tem CSL – Comissão Setorial de Licitação, tudo vai para CPL do Estado, gostaria de saber se no processo licitatório com o emergencial a ser licitado, também, é aberto um processo normal paralelo?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Esse processo está correndo desde o início, parece-me que esta na fase..., já teve a cotação e brevemente será publicado o edital, esse processo nosso é de até seis meses, o processo da alimentação, isso quer dizer, que quando o processo estiver concluído vai ser licitado.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Falando sobre o processo de alimentação, já ouvimos outras pessoas aqui, inclusive a dona Edilaci da SEJUC. O senhor tem conhecimento se houve uma cotação de preço antes da contratação da empresa que atualmente presta serviço no fornecimento de alimentação?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Salvo me engano, acho que houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor não tem certeza?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não tenho certeza, não tenho muito acesso ao processo, mas é quase certeza que houve, até porque tem que haver, mas houve, houve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Estou comparando, é quase uma acareação, não é uma acareação porque ela não se encontra aqui, mas estou comparando com o depoimento dela que esta aqui nos autos e gravado na Casa. Qual foi o critério utilizado para a contratação da empresa MA Rodrigues de Barros, já que o senhor é o Secretário, no entanto o Presidente da Comissão de licitação é outra pessoa?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – O Critério que particularmente utilizei na contratação da atual empresa, foi realmente observar se ela tinha condições de assumir naquelas condições, todo aquele imbróglio, porque nós sabíamos e sabemos em que acarretaria, se uma outra empresa que não tivesse estrutura para garantir emergencialmente, porque foi emergencial, em menos de doze horas, teve que fornecer café, almoço e jantar, então, a preocupação foi essa, fizemos o levantamento dos que se apresentaram e, a que apresentou na oportunidade, melhor estrutura e condições de, fornecer alimentação como nós necessitávamos, foi a que está prestando atualmente o serviço.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Dona Edilaci Wanderley Ribas Reis, quando esteve aqui, declarou que esse processo emergencial, não foi feito o processo licitatório porque o sistema não estava aberto, segundo ela para se fazer o procedimento licitatório, o sistema tem que estar aberto para tirar o PED e ter dinheiro para poder se fazer o PED, quem é da gestão sabe que não é bem assim, pode ser aberto e depois com a justificativa colocar o PED, por isso que lhe perguntei sobre a contratação da empresa M A Rodrigues de Barros, para saber se o senhor teve como comparar os preços com outras empresas.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim, até porque nós tínhamos outro contrato da empresa de alimentação, uma empresa de São Luis do Anauá que presta serviços lá, os valores que foram colocados lá, não foram aleatórios, teve todo um estudo e comparamos com a empresa que, há mais de um ano, prestava serviço da mesma espécie para unidade de São Luis e, os valores ficaram equiparados, mesmo a contratação sendo um ano posterior ao contrato anterior, os valores..., inclusive no café e na ceia, me parece que até o atual é menor, teve esse parâmetro, com relação a questão formal de não poder fazer a licitação porque o sistema não estava aberto, legalmente, em termos emergenciais pode sim, foi feito dessa forma, depois foi colocado as certidões e a justificativa, consta nos autos porque foi aberta a licitação sem que o sistema tivesse aberto.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Considerando a quantidade de alimentação servida pela empresa, gostaria de saber se ela apresentou o atestado de capacidade técnica.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Se não me engano ela apresentou um atestado de capacidade técnica da base aérea, consta inclusive nos autos.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor sabe precisar quando a empresa M A Rodrigues começou a prestar o serviço de alimentação para as unidades?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Como um serviço indenizatório foi a partir do dia vinte e um ou dezoito de janeiro, restou dez dias até que o processo licitatório foi finalizado, foi pago dez dias como indenização pelo serviço prestado.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Então foi vinte e um de janeiro?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – ou dezoito ou vinte e um, vinte dias depois que nós..., porque a empresa encerrou o contrato no dia dezoito de dezembro, ela comunicou que iria ficar só até o dia trinta de janeiro, mas não ficou até o final, ficou somente até o dia dezoito de janeiro, se não me engano.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – A partir do momento que a empresa começou a prestar os serviços, os senhores consideraram dentro do autos do processo emergencial ou, como os autos não estavam lá, houve os tramites para Controladoria, para PROGE, para os pareceres devidos ou, foi considerado esse período para fazer os pagamentos por indenização e, a partir do momento que os autos estivessem prontos, pelo processo emergencial?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não, os primeiros dez dias, foram por indenização porque não havia nenhum processo, mas antes, já tínhamos o distrato da empresa e já estávamos trabalhando no processo licitatório, se a empresa não tivesse

se retirado, deixando de fornecer o processo, não teria sido em caráter emergencial e sim, em licitatório normal, porque estávamos trabalhando para isso, só que fomos pegos de surpresa e por força da situação, tivemos que contratar, esses dez dias de indenização e após, o processo já estava correndo e aí, passou a ser emergencial.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Essa empresa apresentou calção de outras empresas para poder fornecer os alimentos?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Me parece que apresentou a questão do seguro, não tenho certeza, até porque, não somos nós, a licitação e feita pelo..., embora tenhamos obrigatoriamente de conhecer todo o...

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – E a cotação de preço foi feito na SEJUC ou na CPL?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Se não me engano, foi feita por nós, parece-me que foi feita pelos dois, se não estou enganado, constam cinco cotações, não sei.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, quando a Governadora fez o Decreto, nomeou o Grupo de Trabalho Multissetorial, inclusive é o Tenente Coronel Francisco de Oliveira Borges, presente aqui, seja bem vindo na Comissão, o seu Secretário Adjunto que ficou responsável pelo plano, gostaria de saber se fisicamente e em que data o senhor recebeu o Plano já que o Decreto determina quinze dias para o Grupo de Trabalho Multissetorial entregar este Plano?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – O Plano consta que sua execução já esta praticamente concluída, mas uns trinta ou quarenta dias, estaremos em condições de apresentar.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – O Senhor teria condições de nos encaminhar em dois dias uteis a cópia desse Plano?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Muito bem, passo a palavra ao Senhor Relator deputado George Melo.

Senhor Relator Deputado **George Melo** – Senhor Secretário, eu estava observando que esses contratos são todos continuáveis e inexplicavelmente, foram cancelados aqui, em São Luis, inclusive o Deputado Gabriel Picanço, moveu terras e montanhas para que esses contratos não parassem e para surpresa, os contratos pararam, a empresa anterior, recebia sete reais e trinta e cinco centavos, foi para doze reais e trinta e cinco centavos, hoje um “PF” em qualquer lugar de Boa Vista custa menos de dez reais, ora, se vão entregar por dia cinco mil... se comprarmos um determinado objeto, dependendo da quantidade o preço cai e não foi isso que aconteceu, até poderia entender que a empresa anterior, estava com o preço muito abaixo, mas que fosse aumentado para oito reais, o senhor é advogado, conhece muito bem essa questão da quantidade, gostaria que o Senhor explanasse, tendo em vista que a Lei oito mil, seiscentos e sessenta e seis não aceita que pura e simplesmente, um Decreto funcione, você pode até fazer em um processo de emergência que não foi o caso, digamos que houve uma catástrofe e as duas empresas desistiram e mesmo com o processo do Decreto, teria que estar concomitantemente acompanhado do processo Licitatório, como contador, eu entendo dessa forma, gostaria que o Senhor expusesse seu entendimento sobre minhas colocações.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não entendi sobre os distratos das empresas que fornecem... nós não rompemos nenhum contrato, o contrato que havia aqui na capital, não fomos nós nem o governo que rompeu, foi a empresa, por falta de pagamento e condições de entregar em função também do preço.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Em menos de trinta dias, os senhores receberam esse documento?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Quando assumimos, a empresa já havia feito o distrato, antes de nós em dezembro.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – E em São Luis?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Em São Luis, continua a mesma empresa prestando serviço, nós não fizemos nenhum distrato, continua a mesma empresa, me parece que o contrato, vai até outubro ou novembro desse ano, não foi desfeito nenhum contrato, continua o mesmo contrato, tanto é que foi esse contrato que serviu de parâmetro na questão de preços, porque uma coisa que não se fala, é que a empresa que rompeu o contrato, estava à três ou quatro meses sem receber, me parece que era algo em

torno de quatro milhões de reais para receber, não só da SEJUC, como também, me parece que da Educação. Na SEJUC, além da questão do Preço, a empresa estava reclamando, porque o seu contrato era de dois mil e dez e alegava que existem lá os documentos, que no próximo ano iria ser aditiva, após o pagamento iria ser aditivado o procedimento da empresa, isto esta provado, tem o relatório do Ministério Público, auditoria do DEPEM, Juíza da Execução Penal, enfim, todos os órgãos reclamaram disso, a quantidade que era servido era insuficiente, eram mil e quinhentas marmitas e a empresa entregava mil, a quantidade e o peso nunca foi colocado, não tem nenhuma foto ou certidão atestado que entregavam mais de seiscentas gramas na marmita, eram marmitex de alumínio, o feijão era servido em um saco, tudo isso esta no processo, foi exigência nossa e da própria Juíza da Execução Penal e do Ministério Público que adequassem a embalagem, que ela fosse feita de isopor, encarecendo mais, tendo em vista que era em isopor que teria que ser entregue, acabou o negócio de saco, de garrafão, agora, é em garrafa térmica, tanto do suco, como do leite, enfim, com relação ao preço, temos convicção que o preço esta justo, porque é muito diferente ir bem ali comprar um marmitex na feira ou, não sei onde, do que você receber em domicílio a vinte quilômetros de sua casa, esse é um ponto, não vou entrar nesse mérito, porque não compete a mim, quem tem..., foi feito um certame, o processo esta sendo apurado e se houve algum exagero com relação ao valor, será detectado, mas a planilha o acompanhamento da atualização, me parece, que era o IPCMS quem atualizava, irá dar um pouco maior, é o que eu já estou sabendo.

Senhor Relator Deputado **George Melo** – Quando nós fizemos uma visita de cortesia à SEJUC, lembro que foi falado sobre alguns serviços que estavam sendo realizados lá dentro, tivemos a oportunidade de conversar com o Secretário de Infraestrutura o ex Deputado Flamarion Portela e, ele nos disse que não havia nenhuma licitação em tramitação e nenhum serviço, gostaria que o senhor explanasse como conseguiu fazer esses serviços de reforma, sem que esse processo fossem aberto, sem mecanismos técnicos para que fosse feitos esses serviços.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Realmente, o Secretário Flamarion esta com a razão, não existia, hoje existe, estão iniciando vários processos com relação a reforma ampliação e construção de uma unidade nova com verba federal e, conclusão das que existem, realmente, nós operamos milagres, um dos responsáveis que esta aqui a meu lado, Coronel Borges, nós não tínhamos a menor possibilidade de fazer as reformas que queríamos, pelo menos aquelas mias emergenciais, fizemos convênios com vários órgãos para ministrar cursos profissionalizantes, principalmente o SENAI, na terceira etapa, foi realizado cursos na área de construção civil, pedreiro, pintura e ao invés de ficar fazendo e destruindo, conseguimos cimento e tijolo, a própria entidade fez doações, então conseguimos pintar e restaurar muita coisa na SEJUC, sem nenhum processo e sem nenhum ônus para o estado, tanto é, que hoje, ali onde foi destruído esta tudo pintado, as paredes reformadas, estamos tentando para próxima etapa que seja na escola que já funciona lá dentro, vamos reparar algumas coisas que foram destruídas. Na área de construção tudo através desses cursos do SENAI, agora estamos iniciando um processo porque tivemos a promessa que vai haver recursos federais para ampliação e conservação da PAMC, também já foi aberto, o procedimento para construção de uma nova unidade, não abriu só para o Estado de Roraima e sim, para todo o Brasil, nós já nos inscrevemos, mas o processo licitatório que existe hoje na SEJUC, são esses cinco que falei aqui, já deve estar saindo as publicações.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Secretário, fiquei encantado com sua explanação, os senhores conseguiram melhorar a alimentação os alojamentos, mas o que está acontecendo, por que há esse exagero de fuga essa pressão em cima da população com relação ao presidio? Há pouco, esteve o comandante da PM aqui e disse que tem que ser colocado mais efetivo lá porque os presos estão querendo sair, apesar de tudo isso de bom que foi feito, porque esta havendo essa pressão, o que esta havendo? Explique-me o que é isso, se é o crime organizado, porque a população ordeira esta em pânico, sei que o senhor é uma pessoa íntegra e queria que nos informe o que esta acontecendo.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Em primeiro lugar, as condições desumanas em que eles se encontravam há mais de dois anos, estavam abandonados.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Mas mudou.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Estavam abandonados, essa distensão e correção para acabar com a tenção que havia lá, não ocorre de um dia para o outro, nós discordamos, depois que assumimos, me parece que nesses mais

de cem dias, houveram doze fugas, não houve nenhuma rebelião ou motim e manifestação de nada com relação ao sistema e as condições que estão lá, já recapitulamos mais de sessenta foragidos do sistema, tiramos das ruas e estão lá, nós passamos nesses últimos sessenta dias, principalmente nesses últimos quinze dias, vou apresentar para vocês, houve a semana inteira, o mês inteiro, todos os dias, atividades na unidade prisional, se os senhores forem lá, na parte da manhã, não irão acreditar que aquilo lá, é um presídio e, sim a PAMC tão temida porque é movimento em todas as posições, cursos profissionalizantes em dois ou três lugares diferentes, são quinhentos reeducandos matriculados e frequentando a escola lá dentro, o nível de todos os professores que estão lá e suas qualificações, a menor deles é pós graduado, enfim, temos farmácias lá dentro, atendimento médico, odontológico lá dentro, bem como, na penitenciária feminina, onde concluímos atendimento médico, odontológico e jurídico, fizemos mutirão jurídico, não tem ninguém com o procedimento atrasado. Estamos fazendo todas as semanas, em todas as áreas, não há nenhum detendo, não importando o regime, que não esteja recebendo atenção e a humanização, nós não estamos fazendo nenhum favor e sim cumprindo o que a lei determina, simplesmente cumprindo a Lei de Execução Penal, fomos nomeados para isso, nós passamos para todos os órgãos de comunicação, o comunicado que desde o dia dezesseis de março, encerrando no dia vinte e quatro de abril, que todas as alas estão recebendo palestras sobre drogas, com especialistas de Roraima, palestras sobre AIDS, lazer, corte de cabelo, assistência jurídica, tudo está sendo vacinados, não conseguimos ainda os testes rápidos de HIV, porque o Ministério não disponibilizou mas na próxima campanha que iremos realizar em maio, juntamente com a OAB, os testes já vão estar disponibilizados. Teste de glicemia, exames de escarro, tudo isso foi feito e, no próximo dia dezessete, os senhores estão convidados, a partir das quatorze horas, iremos realizar tudo de novo em outra ala, terminando no dia vinte e quatro de abril, esse tipo de assistência, está sendo dada as condições na cela onde ficam trancados ou banho de sol..., uma coisa que fizemos que não só os familiares como todos eles, estão agradecidos, é com relação à humanização e o respeito a visita, porque todo mundo um dia poderá ter um parente seu lá e terá que visita-lo e, não poderá passar pela revista constrangedora que passava, corremos alguns riscos de entrar alguns equipamentos lá, mas pelo respeito à pessoa humana, no meu entendimento, de outros não, é mais valoroso, então a visita, que era para ter o contato lá às nove ou dez horas com o seu familiar, em função da revista, o contato só era possível às onze horas, passavam somente duas horas, agora não, a visita acontece às nove horas, tendo um tempo maior, então, muita tensão e coisa que estava lá, distendeu em função disso, coloquei essas questões aqui para dizer...algun de vocês tomou conhecimento disso através da imprensa? Ninguém tomou, nós estamos em todos os municípios, já fizemos três ou quatro municípios, criando os Conselhos Municipais de Prevenção de Drogas com palestras, hoje no Cantá ou foi no Amajari, mais de quatrocentas pessoas mobilizadas, assistindo às palestras da SEJUC, isso não é comunicado em nenhum lugar na imprensa, antontem, por infelicidade, lamentamos, um presidiário suicidou - se, há noventa por cento de certeza que foi suicídio, deu primeira página no jornal, foi manchete em todas as rádios e televisão, em parte, não estou culpando a imprensa em divulgar, cada um escolhe o que quer divulgar e não é só aqui em Roraima, não há essa... e nós buscamos, eu gosto da imprensa, acredito que não há essa... no nosso entendimento, é o seguinte, falta tudo, mas acho que já deu uma acalmada.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Com relação a esses folders, acho interessante, porque o governo paga muito caro para pessoas ficarem em redes sociais, inclusive, na hora de trabalho e essas pessoas poderiam estar divulgando isso aqui, daria muito mais resultado do que ficar falando mal dos outros, se o governo se preocupasse em trabalhar e não ficar denegrindo os inimigos, provavelmente isso não estaria acontecendo. Hoje, vimos o Vice-Governador brigando com a Governadora, se distanciando, gostaria que os senhores Secretários, tivessem mais unidade, fiquei assustado, quando vi o Comandante da PM aqui no Plenário, falar do estado de terror que se encontra a PA e o senhor nos fala isso aqui, vou convocá-lo para que passemos uma manhã aqui conversando sobre a tranquilidade que se encontra nosso Estado, quero lhe parabenizar... O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Veja bem, eu não estou falando que o Estado está uma tranquilidade, eu estou dizendo que a distensão, aquele clima que havia na PA, não existe mais, claro que todos os dias há tentativas de fuga, temos em média de vinte a trinta por cento, dos que estão lá, buscando todos os dias, uma forma de sair, de sobreviver, enfim, temos setenta por cento querendo cumprir sua pena e nós cumprindo o que a Lei de Execução Penal diz, agora, a opinião do Comandante da PM externada

aqui na Assembleia, não ouvi, não tomei conhecimento, não quer dizer que ele é o dono da verdade, acho que hoje, quem fala do Sistema Prisional aqui no Estado com segurança do que realmente está sendo feito e o que será feito, somos nós que estamos à frente, respeitamos a opinião dele, mas deve ser..., ele tem sofrido..., isso é uma preocupação do governo porque dez por cento da população, do quadro da PM, é ocupado pelo Sistema Prisional, é uma preocupação nossa, fazer com que esse pessoal que está sendo ocupado com a vigilância externa, nas guaritas saiam de lá e realizem outro tipo de policiamento, infelizmente ainda não temos condições de liberar a vigilância externa, como todos sabem, a quantidade de agentes que temos é pouca, foram jogados lá sem nenhum treinamento, qualificação ou curso e a coisa ficou como está, mas já estamos providenciando cursos para que assumam sua missão que é cuidar do Sistema Prisional.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Para finalizar, gostaria que nos mostrasse tecnicamente, para que possamos colocar no nosso Relatório, como foi conseguido todas as mudanças que ocorreram lá na construção do anexo, pintura, para que pudéssemos fechar o Relatório Final. Sugiro que a presidência desta Comissão dê um prazo, para que essas informações cheguem a esta Comissão para que possamos analisar.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Qual material?

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – A construção do anexo, pintura e os serviços que foram feitos dentro do Presídio.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não foi construído anexo.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Não tem nada?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Anexo não, o que foi feito, foi em relação a manutenção, pequenos reparos foram feitos da forma que lhe falei por meios dos cursos e tal.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Foi o SENAI que fez isso para vocês?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Nós fizemos o Convênio para cursos de pedreiro e de pintura e aproveitamos, em vez de derrubar e edificar com a mão de obra lá, ensinando construir, levantar a parede e derrubar, fomos mais práticos fizemos nos ambientes onde precisavam.

O Senhor Relator Deputado **George Melo** – Satisfeito, senhora Presidente.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Mas eu posso encaminhar o relatório junto com...

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, em um determinado momento o Senhor nos disse que na sua gestão não houve rebelião, nós assistimos em âmbito nacional uma rebelião, inclusive, com decapitação de detendo, como o Senhor vê essa situação?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Ali não foi rebelião e sim, um ato isolado, tanto é, que quando a imprensa esteve lá, todos os detentos se encontravam em suas celas, todos trancados, não havia nenhuma movimentação, tanto que para ir até a última ala..., eu estava lá, quem comandou foi o adjunto, a força nacional não entrou, só entrou para fazer a vigilância e ver se havia mais mortes foi nossa própria equipe, não houve rebelião, já esta esclarecido, foi um acerto de contas entre duas ou três pessoas que já estavam há algum tempo com essa rixa que existe lá e nunca vai deixar de existir em nenhum presídio, rebelião nunca houve, tanto é que quando estávamos lá, eles gritavam das alas, “Nossas questões aqui não é contra o Estado, não é contra a direção, não é contra o Sistema, estamos sendo bem tratados, o que ocorre aqui é um acerto de contas nosso”, falaram para todo mundo ouvir, aquele exagero que foi mostrado no SBT, fiz questão de chamar toda a imprensa de Roraima, uma semana depois e a imprensa teve acesso a todas as alas da cadeia, onde eles disseram que o Estado não entrava, nós entramos e a imprensa entrou, então, ali foi mídia, no caso, do SBT.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Sobre a empresa de alimentação, quando a Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis esteve aqui, lhe perguntei se havia uma ordem de serviço e se a mesma tinha visto a ordem de serviço assinada, porque ela havia dito que os autos do processo não estavam prontos e que os mesmo estavam chegando naquele dia na SEJUC, então, não tinha contrato, não tinha nada, como gestora conheço e entendi que estavam fazendo o processo de traz para frente, então eu perguntei, “A Senhora viu a ordem de serviço assinada”? porque para uma empresa entrar em um setor público

tem que haver uma ordem de serviço, um documento assinado para entregar ao diretor da unidade, quero saber, se essa ordem de serviço esta datada do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e quinze e se eu sair agora daqui da Assembleia, vou encontrar essa ordem de serviço na penitenciária, casa do albergado e cadeia pública de Boa Vista? E ela me respondeu “Não tem essa ordem de serviço, como já existia a empresa que apresentou o menor preço, ela já entrou diretamente na cozinha industrial para preparar e fornecer alimentação”, o Senhor confirma esse depoimento?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Ela pode até ter desconhecimento, mas teve uma ordem de serviço para empresa, foi assinada por mim, autorizando a empresa adentrar onde estava sendo feita a alimentação e uma ordem de serviço minha, comunicando a outra empresa para que a mesma, a partir daquele momento, já que ela estava retirando as coisas de lá, para que não retirasse mais nenhum equipamento da... sob pena de responder em função do que poderia ocorrer se a alimentação não fosse tal..., e que algum prejuízo material que eles pudessem vir a ter, em função disso, que nós iríamos ressarcir, esse documento, não sei se estar na SEJUC ou no processo, mas com certeza a empresa tem e a que saiu também tem esse documento, a ordem de serviço para adentrar no prédio, não foi para..., isso teve.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Exatamente isso que eu perguntei, se tinha. Na sua visão, considerando que a empresa entregou antes mesmo que os Senhores entrassem no governo, em dezembro, o senhor notou se realmente melhorou a qualidade da alimentação, quando nós visitamos Vossa Excelência, o senhor nos colocou sobre a questão da dignidade, da humanização, do tratamento dos presos, o senhor considera que isso tem contribuído para amenizar o problema junto aos presos?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Acho que é o somatório, mas a alimentação era um dos grandes gargalos que havia, primeiro, em função do atraso, segundo, em função da quantidade e, terceiro, da qualidade, hoje, você não ouve mais na imprensa e nem ouve mais dos agentes e nem dos educandos, dizer que ficou sem comer porque o outro tomou a comida dele, sabemos que, quem é defensor sabe que o cara toma do outro e o outro mais fraco não tem como reclamar, isso não acontece mais, porque vai uma quantidade..., não acontece assim..., porque toma, tem educandos que come duas ou três marmitas e ainda guarda para tarde, esses fracos, tem um SBI que é um serviço interno, que regula, sempre vai cem a mais para os fracos não ficarem sem alimentação, porque tem uns lá que comem bastante.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado **Oleno Matos**.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Só para complementar, com relação à questão da alimentação que o senhor acabou de falar, sabemos que até pouco tempo atrás, era uma constante a reclamação sobre a falta de alimentação para todos, a comida que muitas vezes chegava estragada e hoje essa reclamação por parte dos apenados não acontece mais?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Não existe mais, porque lá é o seguinte, existe um boletim que é registrado toda ocorrência, seja com relação a alimentação, oficial de justiça, advogado, defensor, enfim, todos que acessam lá e que tem alguma coisa que não esta dentro da normalidade, é feito uma ocorrência e, essa ocorrência é comunicada ao DESIP para ser informado, tínhamos em média, de trinta a quarenta ocorrências semanais, somente da alimentação, está com sessenta dias que não me recorde de ter recebido nenhuma com relação a quantidade, qualidade e atraso da comida, para não dizer nenhuma, teve um dia que ocorreu em função de um acidente que houve e o carro não tinha como passar, mas já estamos prevendo isso no contrato para que tenham um plano B caso... porque o acesso ali é só um..., ter um plano B e dar o jeito dele, de lancha pelo Cauamé, a pé, tem que passar ali.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Essa empresa que foi contratada de forma emergencial, está prestando serviço a setenta dias, já foi feito algum pagamento de fatura para ela?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Foi feito um emergência.. ou de indenização, parece-me que foi quatrocentos ou quinhentos mil reais e o do mês passado que foi algo em torno de um milhão e duzentos ou, um milhão e quatrocentos.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Certo, no ano passado, na última rebelião, tinha uma instalação, onde funcionava a sala da Defensoria Pública, onde a Defensoria prestava atendimento na forma determinada pela legislação e essa sala, foi praticamente destruída, uma

sala que, diga-se de passagem, à época, foi arrumada com o apoio da Defensoria Pública e também dos presos, da mesma forma, como o Senhor falou que esta sendo feito agora, a Defensoria ficou sem sala, sem local de atendimento, indo de encontro ao que determina a legislação, queria saber, não só ao que se refere à Defensoria, mas também, com relação aos advogados que têm reclamado constantemente nessa Casa como também na OAB, com relação a restrição ao acesso a seus clientes e assistidos, queria que o Senhor falasse um pouco sobre isso e quais providências estão sendo tomadas.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Realmente é verdade..., a Defensora Vera, briga muito, reclama muito conosco, porque a sala da Defensoria foi toda destruída, da OAB também, aquela Ala foi toda destruída, agora já esta recuperada a sala da OAB, já voltou a funcionar, quanto da Defensoria, uma vez que não tinha como fazer o alojamento das agentes femininas, não tinha onde ficarem, estavam provisoriamente ali e em horários de visita, era usado para fazer a revista feminina, o Defensor-Geral esteve lá com o subdefensor na semana passada, bem como o Avelino e ficou acordado, um prazo de mais de trinta dias para que resolvéssemos essa situação e, já está sendo resolvida, a Defensoria fica fazendo seus atendimentos na sala da OAB, embaixo da mangueira ou na igreja, mas esta sendo resolvido, foi nos dado trinta dias para resolver a situação da sala da Defensoria as outras já estão funcionando.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – A Legislação também, com relação à Defensoria Pública, nos diz que a Defensoria deve fazer parte do Conselho Penitenciário, por questões políticas aqui do Estado, a única Defensoria que faz parte desse conselho atualmente é a Defensoria Pública da União, a DPU, apesar do grande trabalho que desenvolve, hoje, não assiste, eu acredito que nem a cinco por cento da população do sistema prisional, enquanto a Defensoria Pública do Estado, atende, principalmente, com relação aos apenados, mais que noventa por cento dos que estão no sistema, por força disso, fiz uma indicação aqui na Casa, que foi devidamente aprovada e encaminhada a Senhora governadora para imediata inclusão da Defensoria Pública do Estado na constituição do Conselho, queria que o Senhor falasse sobre isso, se já é do seu conhecimento e se já foi tomado alguma providência.

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Já é do meu conhecimento, recebi a indicação de Vossa Excelência na SEJUC e encaminhei ao Conselho Penitenciário, para não haver necessidade de toda uma..., novamente, exonerar e fazer novo Decreto, mas foi atendido o pleito da Defensoria, não só com relação ao Conselho Penitenciário como também, do Conselho Antedrogas, já entreguei o ofício ao Defensor-Geral, para que fosse indicado o Defensor para fazer parte do Conselho, lá no Conselho Penitenciário, a questão será um pouco mais dificultada porque alegam a questão de mandato e estenderam o mandato até dois mil e dezessete, enfim, há algumas ilegalidades que queríamos resolver na conversa, mas está difícil, teremos que tomar medidas judiciais que o caso requer para que realmente, a composição seja..., tanto que o Parlamento não tem representação.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, louvo as atividades educativas e profissionais a criação dos Conselhos Municipais Antedrogas, estão de parabéns, estamos satisfeitos com suas resposta, o senhor gostaria de declarar algo mais?

O Senhor Secretário de Justiça e Cidadania **Josué dos Santos Filho** – Sim, só para que não fique aqui aquela impressão de que esta tudo bom e tudo perfeito, não está, aquilo ali é um estopim, é um caldeirão, tem um, ala apelidada com esse nome, o que tentamos fazer e estamos fazendo, é tomar um posicionamento desde que assumimos, se dermos respeito, tratar quem está lá com respeito, cumprir o que a legislação exige, teremos como exigir mais deles, então, cada um venha cumprir sua pena de acordo com a condenação que teve e nós vamos cumprir a lei, agora não esta fácil, é um ambiente difícil, as condições são terríveis, tanto para advogado, como para defensor, como para os agentes e PMS, enfim, é uma dificuldade grande, todos os dias, estamos tentando melhorar um pouco as condições, não só lá, como em todo o sistema, a construção da penitenciária de Rorainópolis, o contrato foi rompido com a empresa que estava fazendo, convidamos a empresa para continuar e a empresa disse que não tinha condições de continuar e será licitado o restante para conclusão da obra, deve estar saindo o edital por esses dias e a reforma da penitenciária também por esses dias sairá o edital, então, nós agradecemos a oportunidade e mais uma vez, quero agradecer a vocês, qualquer documento ou qualquer outra informação que necessitem a SEJUC estará a disposição para prestar.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Requeiro que Vossa Excelência encaminhe à Comissão em dois dias úteis o Plano

Emergencial elaborado pelo GTM. Agradeço a presença do Tenente Coronel Francisco de Oliveira Borges, Secretário Adjunto. Às dezesseis horas e dez minutos, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a reunião e determino à Secretária desta Comissão, Márcia Brito Wanderley, que a presente Ata após lida e aprovada seja encaminhada à publicação.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2015

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às onze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Coronel Chagas, Oleno Matos, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Lenir Rodrigues e Jorge Everton. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento verbal da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente: 1) Mensagem Governamental de Veto nº 027/2015**, de 27 de julho do corrente, que **veta parcialmente** o Projeto Lei nº 024/2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016, e dá outras providências”; **2) Mensagem Governamental de Veto nº 028**, de 27 de julho do corrente, que **veta totalmente** o Projeto Lei nº 004/2015, de autoria dos Senhores Deputados Coronel Chagas, Jorge Everton e Marcelo Cabral, que “Institui no âmbito do Estado de Roraima o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores denominado “Habilitação Cidadã” e dá outras providências.”; e **3) Mensagem Governamental de Veto nº 029**, de 27 de julho do corrente, que **veta totalmente** o Projeto Lei nº 025/2015, de autoria do Senhor Deputado Naldo da Loteria, que “dispõe sobre a Corrida Internacional 05 de outubro, e dá outras providências”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Coronel Chagas para relatar Mensagem Governamental de Veto nº 027/2015; a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para relatar a Mensagem Governamental de Veto nº 028/2015 e o Senhor Deputado Jorge Everton para relatar a Mensagem Governamental de Veto nº 029/2015. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os pareceres. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos as Matérias acima epigrafadas e as incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia: 1) Mensagem Governamental de Veto nº 027/2015.** Relator: Deputado Coronel Chagas. Parecer: pela Rejeição do Veto. Não houve discussão. Submetido à votação nominal, o parecer da Senhora Relatora obteve seis votos favoráveis, sendo aprovado com pelos Membros presentes na Comissão. **2) Mensagem Governamental de Veto nº 028/2015.** Relatora, Deputada Lenir Rodrigues. Parecer: pela Rejeição do Veto. Não houve discussão. Submetido à votação nominal, o parecer da Senhora Relatora obteve três votos favoráveis, dois votos contrários dos Senhores Deputados Brito Bezerra e Oleno Matos, e uma ausência, da Senhora Deputada Aurelina Medeiros. O parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão. **3) Mensagem Governamental de Veto nº 029/2015.** Relator: Deputado Jorge Everton. Parecer: pela Rejeição do Veto. Não houve discussão. Submetido à votação nominal, o parecer do Senhor Relator obteve três votos favoráveis, dois votos contrários dos Senhores Deputados Brito Bezerra e Oleno Matos, e uma abstenção, da Senhora Deputada Aurelina Medeiros. O parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2015

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Coronel Chagas, Oleno Matos, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Lenir Rodrigues e Jorge Everton. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento verbal do Senhor Deputado Coronel Chagas, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente: 1) Projeto de Resolução Legislativa nº 013/2015**, de autoria da Mesa Diretora que “aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os art. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.”; **2) Projeto de Resolução Legislativa nº 014/15**, de autoria da Mesa Diretora que “aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular de Proposta de Emenda à Constituição.”; **3) Projeto de Resolução Legislativa nº 015/15**, de autoria da Mesa Diretora que “aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços público de saúde, excluindo do computo deste percentual as Emendas Parlamentares ao orçamento federal.”; **4) Projeto de Resolução Legislativa nº 016/15**, de autoria da Mesa Diretora que “aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas “A” e “B”, do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.”; **5) Projeto de Resolução Legislativa nº 017/15**, de autoria da Mesa Diretora que “dispõe sobre o Coral Sinfônico do Legislativo Roraimense (Projeto CANTALE)”; **6) Projeto de Decreto Legislativo nº 020/2015**, de autoria dos Senhores Deputados me e Lenir Rodrigues, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima as famílias que indica e dá outras providências.”; e **7) Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2015**, de autoria do Senhor Deputado Mecias de Jesus, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima aos pastores da Assembleia de Deus no Estado de Roraima, e dá outras providências.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para relatar o Projeto de Resolução Legislativa nº 013/2015 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2015; a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para relatar o Projeto de Resolução Legislativa nº 014/2015; o Senhor Deputado Coronel Chagas para relatar o Projeto de Resolução Legislativa nº 015/2015; o Senhor Deputado Jorge Everton para relatar o Projeto de Resolução Legislativa nº 016/2015 e o Senhor Deputado Oleno Matos para relatar o Projeto de Resolução Legislativa nº 017/2015 e Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2015. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os Pareceres. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia as Proposições analisadas pelos Relatores, o qual solicitou procederem às leituras dos pareceres. Feitas as leituras, os pareceres favoráveis foram submetidos à discussão. Não havendo discussão, foram colocados individualmente em votação, sendo aprovados pelos Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

